

Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida

Posicionamento dos(as) candidatos(as) ao Governo de Minas Gerais

Respostas recebidas até 28/8/2018

1 - Posicionamento dos (as) Candidatos(as) ao Governo de Minas Gerais em relação às 3 perguntas específicas sobre MG

Pergunta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
1 – Considerando que a dívida do Estado de Minas Gerais com a União tem uma origem obscura, já foi paga mais de duas vezes, e apesar disso, cresceu cinco vezes de 1998 a 2016, V. Sa. é favorável a uma auditoria da dívida do estado de Minas Gerais, com participação social?	Somos favoráveis a uma auditoria da dívida do estado de Minas Gerais, com participação social.	Uma auditoria da dívida do Estado é importante para revelar a serviço de quem e de quais interesses estão as finanças estatais. Como o capital financeiro nacional e internacional suga os recursos públicos por meio da dívida. Mas essa auditoria deve ser combinada com uma auditoria da dívida pública da União, o maior credor do governo de Minas Gerais. Além disso, deve ser combinada com uma campanha pelo não pagamento dos títulos da dívida pública em posse dos grandes conglomerados financeiros dentro e fora do país.
2 – V. Sa. é favorável ao projeto que tramita na Assembleia Legislativa de MG, que visa privatizar 49% da CODEMIG, para o Estado resolver um problema pontual de caixa, porém perdendo para sempre quase metade da parcela que cabe ao Estado no lucro líquido do Nióbio em Araxá (explorado pela CBMM), cuja reserva vale R\$ 1,5 TRILHÃO, e pode durar 200 anos?	Somos contrários ao projeto que tramita na Assembleia Legislativa de MG, que visa privatizar 49% da CODEMIG. Pensamos que existem outras alternativas para o pagamento em dia dos professores e outras obrigações do governo de Minas Gerais, como, por exemplo, a correta apropriação da riqueza do Nióbio em MG, um patrimônio trilionário.	Esse projeto é absurdo da cabeça aos pés. Em partes, está associada a questão anterior, afinal, o mecanismo da dívida pública brasileira, repassada aos estados por meio de empréstimos da União, implica no sulcateamento das finanças públicas, criando artificialmente a necessidade de se privatizar bens públicos para resolver problemas de caixa. Mas não é somente isso. Não existe crise em Minas Gerais na mesma proporção do Rio de

Pergunta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
		<p>Janeiro como vem sendo alardeado. Minas Gerais possui um crescimento consistente de receita nos últimos anos. Arrecadou mais de 88 bilhões de reais em 2017, quase 5 bilhões a mais que no ano anterior. Minas é um dos principais centros mineradores do país, mas o Estado não recebe praticamente nada, pois os royalties da mineração são insignificantes. Em 2017 não chegou a 0,2% da receita total do Estado. Além disso, a CODEMIG não tem nenhum controle sobre o Nióbio, o recurso é controlado pelo grupo Moreira Salles e a CODEMIG recebe apenas uma fatia minoritária de seu lucro líquido. O que está dado é insuficiente. É necessário estatizar a CBMM e colocá-la sobre o controle dos trabalhadores.</p>
<p>3 – V. Sa. é favorável ao esquema da “Securitização” em Minas Gerais, operado pela empresa estatal MGI, que gera dívida pública de maneira ilegal e disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público?</p>	<p>Somos contrários ao esquema da “Securitização” em Minas Gerais, operado pela empresa estatal MGI.</p>	<p>Não. Sustentamos o não pagamento da dívida pública. A securitização é apenas um mecanismo que permite a rolagem da dívida a nível estadual, emitindo diretamente títulos no mercado financeiro. Além de buscar empréstimos com a União, que opera com déficit primário, o Estado procura captar recursos criando seu próprio mecanismo de rolagem da dívida. No entanto, é impossível ser independente do mercado financeiro sem estatizar os recursos estratégicos do Estado de Minas Gerais e colocá-los a serviço das necessidades dos trabalhadores.</p>

2 - Posicionamento dos (as) Candidatos(as) ao Governo de Minas Gerais sobre a Carta Aberta da Auditoria Cidadã da Dívida

Item da Carta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
1 – Reivindicamos a realização da auditoria da dívida pública - prevista no art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 – que é fundamental para se obter a necessária transparência sobre o maior gasto do orçamento federal (juros e amortizações da dívida), que consome, todo ano, quase a metade das despesas federais, comprometendo também as finanças de estados e municípios.	Sobre a Carta Aberta, concordamos com a formulação dos itens apresentados, e pensamos que a auditoria da dívida é uma ferramenta importante e necessária para a superação do cenário de escassez que vivemos em Minas Gerais e no Brasil.	Concordamos com todos os itens da Carta Aberta.
2 – Consideramos que o conhecimento possibilitado pela realização da auditoria da dívida pública - com participação da sociedade – será fundamental para as decisões da política econômica do país, de modo a inverter a correlação de forças entre os gastos financeiros (que favorecem principalmente grandes rentistas nacionais e estrangeiros) e os investimentos sociais, aos quais a população brasileira tem direito, de acordo com o art. 6º da Constituição, mas não têm sido respeitados.		
3 – Consideramos que existem ilegitimidades em uma dívida “pública” surgida a partir de vários mecanismos fraudulentos e sobretudo de abusivas		

Item da Carta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
<p>taxas de juros estabelecidas sob a falsa justificativa de combater a inflação, que na realidade decorre de preços administrados pelo próprio governo e outras variáveis que não guardam relação alguma com a taxa de juros.</p>		
<p>4 – Consideramos que o contrato dos detentores da dívida pública não tem prioridade em relação ao contrato social manifesto na Constituição Federal, em especial, em seu artigo 6º.</p>		
<p>5 – Consideramos que as decisões de política econômica e política monetária não podem ser submetidas aos ditames do FMI e do Banco Mundial, como tem ocorrido desde os anos 80 no Brasil.</p>		
<p>6 – Somos favoráveis ao aumento dos investimentos sociais, portanto somos contrários à Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto rebaixado por 20 anos para todos os gastos e investimentos sociais, deixando de fora do teto e sem controle as maiores despesas do orçamento da união – juros e amortizações da dívida pública.</p>		
<p>7 – Somos contra o Banco Central remunerar a sobra de caixa dos bancos, seja através de “Operações Compromissadas” (cujo gasto em juros representou quase meio trilhão de reais nos últimos anos) ou de “Depósito</p>		

Item da Carta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
Voluntário Remunerado” (que se quer legalizar via PL 9.248/2017 ou no projeto de autonomia do BC).		
8 – Somos contrários ao projeto de Autonomia do Banco Central, dando mandato fixo aos diretores do BC, sem que estes possam ser demitidos pela Presidência da República.		
9 – Consideramos que o Banco Central do Brasil deve ter responsabilidade com um elevado nível de atividade econômica e com a manutenção dos empregos, assim como bancos centrais de outros países.		
10 – Somos favoráveis à alteração da composição do Conselho Monetário Nacional (art. 8º da Lei 9069/1995), de forma a incorporar representantes qualificados da sociedade civil no sentido de priorizar o desenvolvimento econômico e o emprego.		
11 – Somos contrários ao sigilo de informações relacionadas à identificação dos detentores de títulos da dívida pública brasileira, pois isso fere o Princípio da Transparência ao qual devem ser submetidos todos os atos públicos.		
12 – Somos contrários à engenharia financeira da Securitização de Créditos que está se espalhando no Brasil (e que o PLP 459/2017 visa “legalizar”), a qual gera dívida pública de maneira ilegal e		

Item da Carta	Dirlene Marques (PSOL / PCB)	Jordano Metalúrgico (PSTU)
disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público.		